

O Governo Lula 3 e o declínio do neodesenvolvimentismo

Armando Boito¹

Resumo: Procuo indicar neste texto, redigido em março-abril de 2026, as continuidades e diferenças existentes entre o atual governo Lula e os governos anteriores do PT. O campo político no qual se apoia o atual Governo Lula; as suas políticas econômica, social e externa; e o seu método de governar a frio, sem comunicação e sem mobilização popular, são semelhantes aos dos governos petistas anteriores. Ocorre que o período histórico atual é muito diferente, tanto nos planos externo e interno, quanto nos planos econômico, político e social, daquele período em que se deu o primeiro ciclo de governos petistas entre 2003 e 2016 e essa diferença restringe a margem de manobra para o governo aplicar a política do período anterior, além de exigir do Governo Lula 3 condutas mais ousadas que aquelas admitidas pelo lulismo. Essa nova situação levou ao enfraquecimento ou declínio do programa neodesenvolvimentista se compararmos o atual Lula 3 com os governos Lula 1 e 2, embora esse programa, mesmo na sua versão moderada, seja distinto do programa neoliberal. Na última parte do texto, indicarei a novidade e a complexidade da situação política na qual devem intervir as forças socialistas e democráticas.

Palavras chave: Política brasileira. Governo Lula 3. neodesenvolvimentismo.

Abstract: In this text, written in March-April 2026, I seek to indicate the continuities and differences between the current Lula government and the previous PT governments. The political field on which the current Lula government is based; its economic, social, and foreign policies; and its method of governing coldly, without communication

¹ Professor Titular sênior de Ciência Política (IFCH-UNICAMP).

and without popular mobilization, are similar to those of previous PT governments. However, the current historical period is very different, both externally and internally, as well as economically, politically, and socially, from the period of the first cycle of PT governments between 2003 and 2016. This difference restricts the government's room for maneuver to apply the policies of the previous period, and also demands bolder conduct from the Lula government than that admitted by Lulaism. This new situation has led to the weakening or decline of the neo-developmental program when comparing the current Lula government with the Lula governments 1 and 2, even though this program, even in its moderate version, is distinct from the neoliberal program. In the last part of the text, I will indicate the novelty and complexity of the political situation in which socialist and democratic forces must intervene.

Keywords: Brazilian politics. Lula's third term. neo-developmentalism.

Introdução

Procuro indicar neste texto, redigido em março-abril de 2026, as continuidades e diferenças existentes entre o atual governo Lula e os governos anteriores do PT. O campo político no qual se apoia o atual Governo Lula; as suas políticas econômica, social e externa; e o seu método de governar a frio, sem comunicação e sem mobilização popular, são semelhantes aos dos governos petistas anteriores. Ocorre que o período histórico atual é muito diferente, tanto nos planos externo e interno, quanto nos planos econômico, político e social, daquele período em que se deu o primeiro ciclo de governos petistas entre 2003 e 2016 e essa diferença restringe a margem de manobra para o governo aplicar a política do período anterior, além de exigir do Governo Lula 3 condutas mais ousadas que aquelas admitidas pelo lulismo. Essa nova situação levou ao enfraquecimento ou declínio do programa neodesenvolvimentista se compararmos o atual Lula 3 com os governos Lula 1 e 2, embora esse programa, mesmo na sua versão moderada, seja

distinto do programa neoliberal. Na última parte do texto, indicarei a novidade e a complexidade da situação política na qual devem intervir as forças socialistas e democráticas.

I

A continuidade: Lula 1, Lula 2 e Lula 3

Em seu terceiro mandato presidencial, Lula tem procurado manter a base de sustentação dos seus dois mandatos anteriores, ou seja, manter a frente política que reunia frações da burguesia e importantes segmentos das classes populares, e tem procurado aplicar a mesma política de então, política que denominei “neodesenvolvimentista” pelo fato de ela estimular o crescimento econômico e reduzir a pobreza por intermédio da intervenção do Estado na economia, objetivo e método inaugurados pelo desenvolvimentismo clássico (Boito, 2018). A frente política neodesenvolvimentista foi e é dirigida pela grande burguesia interna, fração da burguesia brasileira que, diferentemente da sua rival que é a grande burguesia associada, e que se identifica com todos os pontos do programa neoliberal, ainda possui alguns conflitos secundários com o capital internacional. A relação da política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna com o neoliberalismo é ambivalente. Ela difere da orientação geral do neoliberalismo, já que esse propugna pelo chamado Estado mínimo, mas é também uma política que, numa contradição apenas aparente, mantém-se dentro dos limites impostos pelo que devemos denominar modelo capitalista neoliberal – como esclareço no livro citado (Boito, 2018), política de Estado e modelo econômico não são exatamente a mesma coisa. Veremos mais à frente que a política de Estado pode mudar de um governo para outro sem que mude o modelo econômico. Pois bem, esse é um elemento de continuidade que se encontra presente nos três governos Lula: o apoio de uma frente política policlassista, a frente que denomino neodesenvolvimentista,

e a implementação de uma política econômica e social destoante do neoliberalismo, embora não rompa com esse modelo de capitalismo. Se não, vejamos.

Embora a grande burguesia interna tenha se aliado à grande burguesia associada no apoio às medidas neoliberais contrárias aos interesses dos trabalhadores tomadas entre 2016 e 2022 pelos governos Temer e Bolsonaro (Krein, 2024), essa mesma burguesia interna afastou-se do bolsonarismo na eleição presidencial de 2022. Em agosto daquele ano, em plena campanha eleitoral, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que fora um dos centros da agitação pela deposição de Dilma Rousseff em 2016, e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) lançaram, num ato público de grande repercussão realizado na Faculdade de Direito da USP, um manifesto, intitulado “Em defesa da democracia e da justiça”, cujo teor era claramente contrário à campanha de Jair Bolsonaro à reeleição (Boito, 2023). Dezenas de associações patronais subscreveram o manifesto, entre elas a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), representantes do grande comércio de exportação da produção agropecuária e dos processadores da cadeia do agro, e não exatamente dos proprietários de terra que, esses, permaneceram em sua maioria com Bolsonaro (Salomão e Forlini, 2025). Num clima político de evidente polarização, esse manifesto tomava o partido da candidatura Lula. Logo após a eleição, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) aplaudiu a indicação de Fernando Haddad para o Ministério da Economia e de Aloizio Mercadante para presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Robson de Andrade, o presidente da CNI, declarava-se muito animado com a proposta de o BNDES retomar a política de empréstimos altamente subsidiados para grande capital nacional visando estimular o investimento industrial, política que fora abandonada no interregno Temer-Bolsonaro.

Do lado dos trabalhadores, as mais importantes centrais sindicais – CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CBS, Intersindical – manifestaram durante a campanha eleitoral o seu apoio ao candidato do PT, posição que já tinha sido apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e por outros movimentos populares. O grande contingente de trabalhadores da massa marginal, que é a base social preferencial do neodesenvolvimentismo lulista, não está massivamente organizado, mas é sabido que essa massa também se manteve fiel ao lulismo – Lula venceu Bolsonaro graças à votação que obteve nas camadas de baixa renda, ou seja, onde se concentram esses trabalhadores.

Esses são fatos que indicam que a campanha eleitoral de Lula logrou reconstruir a frente política neodesenvolvimentista que o apoiara nos dois governos anteriores: a grande burguesia interna bancária, industrial e, inclusive, o segmento burguês comercial e industrial que controla o agronegócio; o sindicalismo operário; o sindicalismo de baixa classe média; o sindicalismo de assalariados rurais; o movimento camponês, indígena e quilombola e os trabalhadores da massa marginal. Veremos mais adiante que em 2022 essa grande frente política foi mais ampliada ainda ao incorporar de maneira inédita setores econômicos e sociais até então integrantes do campo político neoliberal que, embora apoiassem a política econômica de Paulo Guedes, tinham rompido com o bolsonarismo temendo a ameaça que esse movimento representava para a democracia liberal burguesa. É preciso ter consciência desse fato e estar atento para as suas consequências: segmentos sociais com interesses econômicos e com disposições ideológicas tão distintos e até contraditórios reuniram-se, por motivos diversos, numa mesma frente política em apoio à candidatura e ao governo Lula 3.

O governo atual apoia-se, então, nessa frente política ampla, heterogênea e policlassista, muito semelhante àquela que sustentou

os governos Lula 1 e Lula 2. Em decorrência desse fato, a sua política econômica e social procura contemplar, com dificuldades, esse amplo leque de interesses retomando, numa versão muito mais moderada como veremos adiante, a orientação do seu programa neodesenvolvimentista da década de 2000.

Vejam os alguns aspectos da política econômica do governo atual que atendem aos interesses da grande burguesia interna, fração burguesa hegemônica no atual governo Lula, como já tinha ocorrido nos seus dois governos anteriores. O setor bancário da grande burguesia interna, integrado pelos grandes bancos comerciais nacionais – segmento financeiro que se distingue da chamada Faria Lima onde dominam as financeiras integradas ao capital internacional – tivera uma relação conflituosa com o Governo Bolsonaro (Flores, 2024). Esse governo, por intermédio da política econômica do ministro Paulo Guedes, representava, prioritariamente, os interesses do grande capital financeiro e produtivo internacional, bem como do setor da burguesia brasileira a ele integrado – a fração burguesa que denominamos burguesia associada. Em entrevistas e palestras no Brasil e no exterior, inclusive no Fórum Econômico Mundial em Davos, Paulo Guedes hostilizava publicamente esses bancos e ameaçava retomar a política de internacionalização do mercado bancário brasileiro que fora implementada pelo Governo FHC e parcialmente revertida pelos governos do PT. Estimulou os chamados bancos digitais, em grande parte internacionalizados, que passaram a concorrer com os bancos comerciais nacionais. A Febraban passou a criticar aquilo que seriam privilégios concedidos aos bancos digitais e às fintechs. Não foi sem motivo que a Febraban assinou o já citado manifesto “Em defesa da democracia e da justiça”. No governo Lula, o setor bancário da grande burguesia interna obteve política econômica mais favorável e voltou a ter acesso direto e constante à Presidência da República².

² Ver a reportagem intitulada “Banqueiros estiveram ao menos 25 vezes no Planalto em Lula 3”. Poder 360, dia 11 de março de 2026. Link: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/banqueiros-estiveram-ao-menos-25-vezes-no-planalto-em-lula-3/>

O setor industrial da grande burguesia interna foi contemplado com o programa Nova Indústria Brasil, que proclama a necessidade da reindustrialização e retoma o financiamento farto e subsidiado do BNDES. Verifica-se novamente o contraste com os governos Temer e Bolsonaro. O primeiro tinha reduzido drasticamente o orçamento do banco e extinguido a Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) que favorecia o setor produtivo da grande burguesia interna. O Governo Bolsonaro manteve essa política. No novo Governo Lula ela foi alterada. Se a taxa básica de juros, a Selic, se mantém alta durante o Lula 3, atendendo os interesses do capital financeiro, a volta dos financiamentos fartos e a juros subsidiados do BNDES protege os grandes grupos nacionais do setor industrial da política monetária neoliberal do Banco Central. A indústria naval, que perdera desde o Governo Temer a proteção propiciada pela política de conteúdo local, voltou a ser estimulada, como mostram a retomada da produção dos estaleiros de Rio Grande do Sul (RS) e do Rio de Janeiro; as encomendas da Petrobras para renovação da frota de navios; e as novas metas de financiamento do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Os empréstimos subsidiados para o agronegócio têm sido muito maiores do que o foram no Governo Bolsonaro – aumento de mais de 30% do volume de crédito público para o Plano Safra; reativação do Programa de Ampliação e Construção de Armazéns (PCA); investimentos novos em infraestrutura – estradas de rodagem e hidrovias – para o escoamento da safra. Essa afirmação sobre a melhoria das medidas de política econômica para o agronegócio poderá causar estranheza. Porém, o leitor deve ter em mente que se o grosso dos proprietários de terra é antipetista isso se deve ao fato de esses proprietários privilegiarem, para definir a sua posição política, a contradição que os opõe aos movimentos camponês, indígena, quilombola e ambientalista, movimentos que são reconhecidos como legítimos pelo Governo Lula, e não as medidas de política econômica desse governo. Se privilegiassem essas últimas, estariam do lado dos governos do PT, como já estiveram durante os dois primeiros governos Lula (Paraízo, 2025).

Nos estendemos um pouco sobre as medidas de política econômica, que são as medidas voltadas fundamentalmente para as frações da classe dominante e que servem para organizar a hegemonia política dos interesses de uma delas, porque a relação de tais medidas com os interesses de fração em disputa no interior do bloco no poder é geralmente ignorada ou aparece muito pouco na bibliografia. Não julgamos necessário, em contrapartida, nos estender sobre as medidas de política social do Lula 3, isto é, aquelas medidas voltadas mais diretamente para os interesses das classes trabalhadoras. É bem sabido que esse governo retomou medidas de governos petistas anteriores e que haviam sido canceladas ou enfraquecidas pelos governos Temer e Bolsonaro. Estamos nos referindo à retomada da política de valorização do salário mínimo; à retomada da demarcação de terras indígenas e da titulação de territórios quilombolas; à retomada da política de expansão da rede pública de escolas federais; ao relançamento do programa Minha Casa, Minha vida; ao relançamento do programa Farmácia Popular; à ampliação do Programa Mais Médicos; à criação do Programa Pé-de-Meia, Gás do Povo e vários outros. A política social visa a contemplar os interesses da base popular da frente política neodesenvolvimentista que sustenta o Lula 3, como já ocorrera nos seus dois governos anteriores, e requer um cálculo político complexo para dosar tais medidas que devem contemplar os interesses da base popular e, ao mesmo tempo, evitar entrar em conflito agudo com a própria fração burguesa, a grande burguesia interna, cuja hegemonia o governo Lula 3 organiza. Neste ano de 2026, o governo passou a apoiar a luta pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e pelo fim da escala de apenas um dia de descanso para seis dias trabalhados, estabelecendo por lei a escala 5 por 2. Ao tomar, após uma hesitação inicial, posição favorável ao fim da escala 6 por 1, o governo entrou em conflito com o conjunto da burguesia. Dezenas de associações patronais, representantes dos mais variados segmentos burgueses, lançaram manifesto publicado nos grandes jornais defendendo a

manutenção da escala 6 por 1. Ainda não é possível avaliar a profundidade e as consequências desse conflito no momento que escrevo.

II

Dependência, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo

O que mudou muito foram as condições objetivas nas quais atua o governo Lula 3. E essa mudança, é claro, repercutiu no programa neodesenvolvimentista e nas alianças de classe e frações de classe que o sustentam. O efeito geral foi o de enfraquecer a política neodesenvolvimentista. Apesar disso, e como já afirmamos, não consideramos que seja correto afirmar, ao contrário do que fazem alguns analistas do campo progressista, que a política do atual governo seria neoliberal. A política econômica e a política social que indicamos acima, bem como a política externa da qual falaremos mais à frente, não podem ser caracterizadas como políticas neoliberais. Elas diferem da política de contínua retirada de direitos dos trabalhadores e da defesa prioritária dos interesses do capital internacional e da burguesia associada. Como já afirmamos, a política neodesenvolvimentista não rompe com o modelo capitalista neoliberal, porém ela tensiona esse modelo, força os seus limites e, justamente por isso, suscita a oposição do segmento internacionalizado do capital financeiro, como evidenciam as reportagens da grande imprensa sobre a atuação política da “Faria Lima” – de uma posição inicial de aproximação com a gestão Haddad no Ministério da Fazenda, a Faria Lima passou a fazer oposição ativa e aberta ao governo. Para sustentar essa tese, é necessário esclarecer um pouco mais o conceito de neodesenvolvimentismo e a distinção que estabeleço entre política neoliberal e modelo capitalista neoliberal.

A minha definição de desenvolvimentismo e de seu correlato que é o neodesenvolvimentismo difere daquela que vem sendo muito utilizada no debate atual, que é uma definição descritiva do desenvolvimentismo do século XX. Chega-se a essa definição descritiva

estabelecendo, por intermédio da comparação entre inúmeros casos, os atributos que seriam comuns a todos eles. O resultado é uma lista daqueles que seriam os principais atributos do desenvolvimentismo clássico: a) um projeto deliberado do Estado b) para o crescimento da produção e da produtividade c) sob a liderança industrial d) visando à superação de problemas econômicos e sociais e) dentro dos marcos do sistema capitalista. Esse é o conceito que encontramos no artigo de Pedro Fonseca intitulado “Desenvolvimentismo: a construção do conceito” que obteve grande repercussão entre economistas e cientistas políticos (Fonseca, 2003). Leda Paulani apoia-se nesse conceito de Fonseca para criticar o conceito de neodesenvolvimentismo e acaba sugerindo que os governos do PT teriam sido neoliberais (Paulani, 2017). O fato é que, partindo dessa definição do desenvolvimentismo clássico, economistas, sociólogos e cientistas políticos têm procurado invalidar o uso do conceito de neodesenvolvimentismo para a política econômica e social dos governos do PT. Faltaria, argumentam esses autores, um atributo para que essa política governamental pudesse ser caracterizada como uma nova modalidade de desenvolvimentismo: a política econômica objetivando colocar o setor industrial na vanguarda do crescimento. Sustentam que os governos do PT deram continuidade à política econômica voltada para a acumulação com dominância financeira, tal e qual ocorre nos governos neoliberais. Se admitem alguma diferença entre os governos petistas e os demais, advertem que essa encontrar-se-ia apenas no nível da política social (Paulani, 2017)

A minha crítica a essa definição dirige-se ao próprio procedimento epistemológico e metodológico que orienta a elaboração desse conceito de desenvolvimentismo. O procedimento que pretende partir diretamente dos fatos empíricos, compará-los e, somente então, generalizar para chegar a uma definição, tal procedimento não permite revelar a natureza do fenômeno cujo conceito se pretende definir. O passo inicial que nos parece o mais correto consiste em situar o fenômeno a ser estudado no conjunto de relações do qual esse fenômeno faz parte. Ou seja, partimos de uma generalização, para, então,

detectar as particularidades do fenômeno e os seus significados. A definição assim obtida não é uma listagem daqueles que seriam os atributos do fenômeno, mas sim uma indicação geral do contexto no qual ele se situa e com o qual interage. Procedendo assim, poderemos, se acertarmos na caracterização de tal contexto, chegar ao essencial do fenômeno que se quer definir.

O desenvolvimentismo é um fenômeno característico dos países dependentes. Um Estado dependente, como é o caso do Estado brasileiro, pode, em decorrência da fração burguesa hegemônica no bloco no poder que esse Estado representa e organiza, adotar três tipos de política diante de uma determinada forma de dependência: a política de adesão passiva, a de resistência e a política ofensiva. O neodesenvolvimentismo é uma política defensiva, de resistência, à novíssima dependência – o tipo de dependência que sucedeu a forma anterior, aquela que Cardoso e Faletto denominaram nova dependência, forma na qual o capital imperialista participou ativamente da industrialização brasileira. Explico essa tese. Considerado do ângulo das relações imperialistas e das relações de classe, o neoliberalismo na América Latina possui duas dimensões fundamentais: ele é uma ofensiva imperialista contra o capitalismo dependente latino-americano e uma ofensiva burguesa contra os trabalhadores.

Consideremos a ofensiva imperialista. Como dissemos acima, diante da subordinação dos países de capitalismo dependente ao imperialismo, existem três reações possíveis do Estado nacional dependente e cada uma delas decorre da composição do bloco no poder e da hierarquia política entre as frações burguesas no interior desse bloco: a) aceitação passiva da subordinação; b) política defensiva de resistência; e c) política ofensiva pela mudança, que pode visar a uma mera reformulação dos laços de dependência ou, no caso de um governo antiimperialista, visar à superação da própria dependência. De um período histórico para outro e dependendo da região considerada no sistema internacional, os termos dessas relações variam muito. No que tange ao desenvolvimento do capitalismo, a relação do imperialismo

com os países periféricos é uma relação contraditória: o imperialismo estimula o capitalismo na periferia, mas, ao mesmo tempo, limita o seu desenvolvimento. Dependendo do período e da região um desses dois termos – desenvolvimento ou limitação – acaba por prevalecer.

No período atual, que é o período do capitalismo neoliberal e da novíssima dependência, e considerando a América Latina, o que se verifica é que a subordinação predominantemente financeira tolhe o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos. O que a novíssima dependência tem significado para os países latino-americanos é, fundamentalmente, a limitação do desenvolvimento. Os governos neoliberais aceitam passivamente essa limitação, enquanto os governos neodesenvolvimentistas resistem a ela, procuram brechas no plano interno e externo, para fazer o capitalismo dos países dependentes crescer. Não se trata de uma política antiimperialista e nem mesmo uma política que se coloque como objetivo reformular os laços da dependência, que foi o que fez o desenvolvimentismo brasileiro entre a década de 1930 e 1980, quando o Estado brasileiro logrou, por intermédio da industrialização, reformular os laços de dependência, desferindo um golpe duro na antiga divisão internacional do trabalho.

O neodesenvolvimentismo, sem ambicionar tanto, é sim uma política de resistência, que procura reduzir os danos da novíssima dependência sobre a economia nacional. Essa política constrói novas alianças no plano internacional de modo a ampliar a margem de manobra do Estado brasileiro diante do imperialismo. É claro que a iniciativa mais importante nessa matéria, além da política de fortalecimento das relações com os demais países da América Latina, foi a criação do Grupo BRICS no segundo Governo Lula. Na sequência, o primeiro Governo Dilma organizou, no ano de 2014, a VI Cúpula do BRICS na cidade de Fortaleza e trabalhou muito para a criação da instituição financeira do grupo, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Desde então, e na sequência da criação também na Cúpula de Fortaleza do chamado Arranjo Contingente de Reservas, os Estados integrantes do BRICS têm tomado iniciativas práticas e emitido declarações visando ao fim do

monopólio do dólar sobre as movimentações financeiras e o comércio internacional.

No plano interno, o neodesenvolvimentismo estabelece um tipo focalizado de protecionismo para estimular a produção local. Exemplo maior foi a política de preferência para as empresas locais nas compras governamentais e a política de conteúdo local na cadeia do petróleo e gás, que permitiu crescimento inédito da construção pesada e dos estaleiros brasileiros – tudo destruído, não custa lembrar, pela Operação Lava-Jato que, com a sua ação seletiva contra a corrupção e agindo sob orientação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, emitiu sentenças de modo a obrigar a abertura do mercado interno da construção pesada para o capital imperialista. No geral e numa versão bem mais modesta, o neodesenvolvimentismo retoma o papel do Estado como indutor do crescimento capitalista e do investimento. Não é o desenvolvimentismo clássico, mas guarda alguns dos seus traços e procura resistir à novíssima dependência. É isso que tem feito o Governo Lula 3 e é isso que explica a pressão do imperialismo estadunidense sobre esse governo³.

Algo semelhante se passa com a posição do governo no plano interno, frente ao modelo capitalista neoliberal. A política do Governo Lula 3 consiste em moderar os efeitos mais nocivos do modelo neoliberal sobre o crescimento econômico e sobre as condições de vida dos trabalhadores. Dentro de um mesmo modelo, como já indiquei, cabem diversos tipos de política, pode haver variações de um governo

³ No momento em que escrevo, o Banco Mundial publicou relatório sobre a economia da América Latina repleto de elogios à política econômica e social do Governo Milei, que é um governo neoliberal, e repleto de críticas ao Governo Lula 3. Se muitos observadores ignoram, no plano da análise, a diferença entre governo neoliberal e governo neodesenvolvimentista, o Banco Mundial, na condição de representante do capital financeiro internacional, percebe, na prática, essa distinção. Ver: Portal G1: “Em relatório sobre América Latina, Banco Mundial diz que Argentina se destaca e que Brasil ‘sofre’ com a perda de dinamismo.” <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/04/08/em-relatorio-sobre-america-latina-banco-mundial-diz-que-argentina-se-destaca-e-que-brasil-sofre-com-a-perda-de-dinamismo.ghtml>
Publicado e acessado em 08/04/2026.

para outro. É certo que essa variação é limitada pelo próprio modelo, mas seria um erro considerá-las sem importância. No limite, essas variações dentro do modelo podem se converter, dependendo da situação política, numa política de superação do próprio modelo. O modelo desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1980, foi sendo gradativamente construído em seus atributos mais significativos: protecionismo do mercado interno; empresas estatais nos setores de infraestrutura, indústria de base e outros; financiamento público dos investimentos; regulamentação protetiva do mercado de trabalho e outros. Pois bem, dentro desse mesmo modelo tivemos, sucessivamente, quatro governos com três tipos de política econômica, social e externa muito distintas: Dutra, Vargas, Café Filho e Juscelino. Sem que nenhum deles tenha rompido com modelo de capitalismo vigente, os quatro apresentaram diferenças significativas no que tange aos interesses das empresas nacionais, do capital estrangeiro e dos trabalhadores. Dutra, principalmente no primeiro biênio do seu governo, procurou moderar a política desenvolvimentista, chegou até a ameaçá-la ao facilitar a importação de manufaturados, enquanto Vargas a retomou com força. Café Filho, tal qual Dutra, desviou-se da política desenvolvimentista. Juscelino retomou-a, mas, diferentemente de Vargas, reduziu a ênfase nas empresas estatais e aumentou a participação do capital estrangeiro na política de desenvolvimento. Diferença ainda maior tivemos durante a ditadura militar. Os generais mantiveram o modelo desenvolvimentista, mas a sua política social – arrocho salarial, proibição da luta sindical etc. – foi muito pior para os trabalhadores.

Voltando ao modelo capitalista neoliberal, verificamos um fenômeno semelhante. Enquanto a política neoliberal dos dois governos Cardoso priorizou o desmonte do Estado desenvolvimentista no plano da política econômica, os governos Temer e Bolsonaro, num estágio mais avançado do modelo, priorizaram a desmontagem do Estado social, com destaque para a reforma trabalhista, a generalização da terceirização, uma reforma mais dura da previdência e o estabelecimento

de um teto de gasto que passou a ameaçar o sistema de saúde e de educação pública. Os governos do PT, por sua vez, procuram com a política neodesenvolvimentista reduzir os efeitos danosos do modelo capitalista neoliberal sobre o crescimento do capitalismo brasileiro e sobre a vida dos trabalhadores, tensionando os limites desse modelo. Ao fazê-lo, encontram oposição da burguesia e principalmente da grande burguesia associada e de governos imperialistas.

III

A novidade: o declínio do neodesenvolvimentismo

O enfraquecimento da política neodesenvolvimentista aparece tanto na política econômica, quanto na política social e externa. O Arcabouço Fiscal que foi elaborado pelo Ministério da Fazenda na gestão Haddad, e que é uma mera flexibilização do teto de gasto criado pelo Governo Temer, bem como a situação da economia brasileira e mundial impedem o Governo Lula 3 de retomar o nível de investimentos e de gastos públicos verificados nos dois primeiros mandatos Lula. Nesses dois primeiros mandatos (2003-2010), o PIB cresceu a uma taxa média de 4,1% ao ano, com destaque para o segundo mandato (2007-2010), momento alto do neodesenvolvimentismo, cuja média de crescimento anual foi de 4,6%. No terceiro mandato, considerado os três primeiros anos já encerrados, essa média caiu para 2,8%. A queda só não foi maior porque o governo tem contornado o teto estabelecido por ele próprio para o gasto público, lançando mão dos financiamentos do BNDES e de gastos em parceria com as unidades subnacionais. No plano social, embora o governo Lula tenha retomado a política de valorização do salário mínimo, o que o diferencia do Governo Bolsonaro que, ano a ano, apenas reajustou o mínimo pela taxa de inflação, o terceiro governo Lula estabeleceu um teto de 2,5% para o aumento real do salário mínimo, teto que inexistia nos governos anteriores.

Por que o neodesenvolvimentismo se enfraqueceu? Acima de tudo, devido à nova situação histórica, mas, também, devido às opções do Governo Lula 3. O governo dispõe hoje de margem de manobra muito mais estreita para poder praticar uma política econômica, social e externa que tensionem o modelo neoliberal e a novíssima dependência e, para evitar o confronto, decidiu rebaixar o seu programa. Convém ter em mente que a situação objetiva, por mais adversa que seja, sempre admite opções, mesmo que restritas, às forças atuantes no processo político

O governo Lula 3 é o primeiro governo neodesenvolvimentista brasileiro a enfrentar, no plano internacional, a ofensiva econômica, política e militar do imperialismo estadunidense, sob o comando do Governo Trump, contra a China e contra os aliados desse país asiático. Essa ofensiva envolve a América Latina – Venezuela e Cuba são apenas os dois países mais visados até aqui, mas a pressão e as ameaças econômica e política da parte do Governo Trump visa a toda América Latina. O Governo Lula tentou a via diplomática, conseguiu obter algumas modificações no chamado “tarifaço” imposto pelo governo dos Estados Unidos, mas as pressões voltaram, principalmente neste ano de 2026, devido à eleição presidencial de outubro. Ao contrário do que ocorreu no primeiro semestre de 2025, Lula não deu mais declarações contra o monopólio do dólar sobre a economia internacional. Encontra-se numa situação evidentemente defensiva. Essa dificuldade é agravada pelos efeitos prolongados da crise financeira internacional de 2008 e da recessão provocada pela pandemia de Covid-19. Até o presente ano de 2026, a economia capitalista mundial e brasileira não recuperou o ritmo de crescimento da década de 2000, quando, particularmente as exportações brasileiras, encontravam-se favorecidas pelo chamado *boom das commodities*.

No plano nacional, o Governo Lula 3 recebeu dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) uma versão mais enrijecida do modelo capitalista neoliberal. Foi estabelecido um teto constitucional para o gasto público, lei apenas flexibilizada, como dissemos,

pelo Arcabouço Fiscal. Hoje, é muito mais difícil aplicar uma política fiscal favorável ao crescimento econômico. O Banco Central se tornou independente, o que era um objetivo antigo do capital financeiro internacional, da grande burguesia associada e inclusive do segmento financeiro da grande burguesia interna. Trata-se da conquista de mais uma posição de força dos interesses financeiros diante do setor produtivo. A reforma trabalhista do Governo Temer, a lei permitindo a generalização da terceirização e a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes-Rodrigo Maia obstaculizam medidas governamentais favoráveis aos trabalhadores – por exemplo, se aprovado o fim da escala 6 por 1, os capitalistas poderão recorrer mais amplamente ainda à terceirização pela via da pejetização para se defender dessa restrição legal. Em resumo, tal qual a situação econômica e política internacional, o enrijecimento do modelo capitalista neoliberal herdado do período dos governos Temer e Bolsonaro, limitam a aplicação de medidas neodesenvolvimentistas e o Governo Lula 3 abdicou de lutar pela revogação das medidas que permitiram esse enrijecimento.

O efeito é o mesmo se olharmos para a composição socioeconômica; e para a posição política das forças sociais em presença. A grande burguesia interna, e notadamente o seu segmento produtivo, bem como a classe operária, cujo sindicalismo teve papel destacado na articulação e mobilização da frente política neodesenvolvimentista, perderam força da década de 2000 para a de 2020. No campo da grande burguesia interna, o imperialismo estadunidense e a grande burguesia associada lograram reduzir, por intermédio da Operação Lava-Jato, o poder econômico e a presença no mercado nacional e internacional das grandes empresas nacionais de construção pesada, dos estaleiros nacionais e da própria Petrobras. O segmento industrial da burguesia interna passou a ter, desde a crise do impeachment, um comportamento político oscilante. Sob a direção de Skaf, a Fiesp lutou pela deposição de Dilma Rousseff; em 2022, sob a direção de Josué Gomes da Silva, a federação dos industriais paulistas voltou-se, como indicamos, contra a candidatura Bolsonaro; agora, com a volta

de Skaf à direção da entidade, dá mostras de que aderiu ao bolsonarismo. Alguns segmentos da indústria local, desde que se iniciou a abertura comercial, vêm implementando medidas de adaptação à nova situação e, quanto mais passam os anos, mais essa adaptação se amplia e se aprofunda – alguns segmentos se deslocizaram para a China, para o Paraguai e para outros países, convertendo-se em empresas de importação dos produtos que anteriormente produziam. Para esses segmentos o que interessa agora é a abertura do mercado interno e não mais a sua proteção. Deixaram de ser burguesia interna e passaram a integrar a burguesia associada, ou, mais que isso, algo que poderíamos denominar, de modo aparentemente paradoxal, capital internacional de origem nacional. Os grandes bancos nacionais passaram a ter a concorrência dos bancos digitais impulsionados pelo Governo Bolsonaro, eles perderam o virtual monopólio do mercado bancário comercial brasileiro. No que respeita às classes trabalhadoras, o emprego industrial diminuiu e as empresas de serviços que trabalham com plataformas cresceram muito. Nessa faixa da classe operária, como têm mostrado vários estudos e pesquisas de campo, muitos trabalhadores se concebem como pequenos proprietários independentes e relutam a se organizar sindicalmente, ou são abertamente hostis ao sindicalismo. A frente política neodesenvolvimentista perdeu força.

A grande novidade política do período iniciado pela deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi o surgimento e a consolidação de um movimento neofascista. Essa novidade induziu a ampliação da frente política, já bastante ampla como temos visto, que garantira, até então, a sustentação dos governos petistas. A frente política neodesenvolvimentista tornou-se uma frente amplíssima e essa ampliação, por sua vez, também contribuiu para a moderação do neodesenvolvimentismo. Atacado pelo neofascismo, Lula não recusou a incorporação na campanha eleitoral de 2022 de setores sociais neoliberais que haviam permanecido no campo democrático. Primeiro, para vencer eleitoralmente o neofascismo e, depois, para garantir a governabilidade diante do ataque permanente e engajado do movimento

neofascista, personagens democráticos, mas de orientação neoliberal, obtiveram assento na composição da chapa presidencial, nas alianças políticas nos Estados e na composição do ministério. Hoje, o Ministério do Planejamento, sob gestão de Simone Tebet, funciona como uma espécie de centro de resistência neoliberal dentro do próprio governo – a ministra já anunciou que passada a eleição deste ano de 2026, abrir-se-á uma janela de oportunidade para novas reformas neoliberais. Não se trata de um fenômeno restrito aos partidos e lideranças políticas. O que ocorreu é que parte da grande burguesia associada se deslocou para o campo da frente política neodesenvolvimentista por temer a implantação de um regime ditatorial que vinha sendo publicamente anunciada por Jair Bolsonaro ao longo do ano de 2022.

Esse ponto requer uma explicação. Considerada no seu conjunto, isto é, como classe social, a tendência da burguesia é, nas situações em que a sua dominação não estiver ameaçada, a de defender a democracia liberal burguesa. Tal se deve ao fato de que a forma democrática do Estado capitalista propicia a participação institucionalizada da burguesia no processo decisório governamental, participação essa que não se verifica quando o Estado capitalista assume a forma ditatorial. Ocorre que a burguesia, salvo conjunturas excepcionais, está dividida em frações, ou seja, além da contradição dos seus interesses de classe com os interesses dos trabalhadores, verificam-se também os conflitos entre diferentes segmentos dessa classe social pelo controle da política econômica. Decorre daí, a complexidade da relação da burguesia brasileira com o neofascismo. Se a posição de classe aponta numa direção, a posição de uma ou outra fração da burguesia pode apontar na direção oposta.

A grande burguesia interna tem fortes motivos para se afastar, como de fato se afastou, do movimento neofascista. Em primeiro lugar, porque esse movimento almeja implantar um regime ditatorial num momento em que a dominação de classe da burguesia não se encontra ameaçada e, em segundo lugar porque, embora a grande burguesia interna tenha sido beneficiada pela política de corte de direitos trabalhistas e

sociais dos governos Temer e Bolsonaro, essa fração foi prejudicada pela política econômica neoliberal desses mesmos governos – maior abertura do mercado interno, pressão pela desnacionalização do mercado bancário, redução de créditos dos bancos públicos ao setor privado etc. A situação é bem diferente no que diz respeito à grande burguesia associada. Tendo o movimento neofascista – que é um movimento organizado pelas classes e frações de classe dominadas (classe média, pequena burguesia, segmentos populares organizados pelas igrejas pentecostais) e por um segmento subordinado da classe dominante (os fazendeiros) – abraçado o programa neoliberal puro e duro, que é na sua integralidade o programa da grande burguesia associada, essa fração da burguesia brasileira decidiu passar para o campo político que se formou em torno do movimento neofascista. Desde a campanha eleitoral de 2018, e mais precisamente, desde a nomeação de Paulo Guedes para o Ministério da Fazenda, é a grande burguesia associada, e particularmente o seu segmento financeiro, que dirige esse campo. Essa fração burguesa privilegiou a disputa pela hegemonia no bloco no poder para definir a sua posição diante do neofascismo. Ressalte-se, porém, que o deslocamento da grande burguesia associada para o campo político neofascista não foi unânime. Um segmento minoritário dessa fração burguesa privilegiou a manutenção do regime democrático em detrimento da disputa pela hegemonia de fração – alguns veículos da grande imprensa, como foi o caso das Organizações Globo, e governos subnacionais, como o Governo Dória em São Paulo, embora tradicionalmente perfilados com a política neoliberal, afastaram-se do bolsonarismo. A participação de setores neoliberais democráticos no Governo Lula 3 é outro fator de inibição na aplicação da política neodesenvolvimentista.

Por último, cabe apontar uma mudança político-institucional que também contribuiu para a moderação da política neodesenvolvimentista: o enfraquecimento do hiperpresidencialismo brasileiro. Examinei esse tema em artigo escrito juntamente com Danilo Martuscelli intitulado “O lulismo e o declínio do hiperpresidencialismo brasileiro” (Boito e Martuscelli, 2024). O Governo Lula 3 não pode governar

recorrendo tão amplamente, como foi feito nos governos Lula 1 e Lula 2, ao instrumento da Medida Provisória, que é uma espécie de sucedâneo atenuado do Decreto-Lei do período da ditadura militar. Os dados mostram que caiu muito o número de medidas provisórias convertidas em lei, que aumentou muito o número de medidas recusadas pelo Congresso Nacional e que se tornou prática corrente a derrubada de vetos presidenciais. Nos seus dois primeiros mandatos, Lula emitiu nada menos que 419 medidas provisórias e 366 dessas medidas foram convertidas em lei, isto é, o poder decisório do Executivo Federal foi confirmado em 87% dos casos. Esse foi o período de auge do hiperpresidencialismo e da política neodesenvolvimentista, pois a extrema concentração do poder decisório no Executivo Federal permitira contornar a resistência a essa política que era significativa no Congresso Nacional. O Congresso não chegava a ser uma instituição de fachada, mas era, em larga medida, uma instância homologatória das decisões do Executivo. Já nos dois primeiros anos do seu terceiro mandato, Lula emitiu 82 medidas provisórias e apenas 11 dessas medidas foram convertidas em lei, isto é, o poder decisório do Executivo Federal foi confirmado em apenas 21% dos casos. A diferença entre um e outro período é enorme.

A influência do Legislativo no processo decisório cresceu. O declínio da capacidade decisória da Presidência da República teve início na crise do impeachment que levou à deposição da presidenta Dilma Rousseff. A grande burguesia associada, tendo escolhido o caminho do impeachment para restaurar a sua hegemonia política, foi levada a aumentar, ao menos na conjuntura de crise, o peso político do legislativo. Nessas novas condições, deputados e senadores puderam promover mudanças legais que enfraqueceram o instrumento da medida provisória e outras mudanças legais que, essas, facilitaram o acesso dos deputados às verbas orçamentárias – a ampliação e o reforço do instrumento das emendas parlamentares. Essas mudanças todas reduziram, parcialmente é verdade, a capacidade do Executivo Federal de praticar o clientelismo – oferta de verbas e de cargos em troca de apoio

político da Câmara Federal. Outro fator que contribuiu para limitar a prática do clientelismo foi a força ideológica, política e eleitoral do neofascismo. O Partido Liberal (PL) é o partido com maior bancada na Câmara Federal e os seus deputados estão entre os deputados mais atuantes e engajados na Câmara, nas ruas e nas redes sociais. Eles não são fisiológicos. Têm orientação ideológica própria, têm proposta de governo viável e fazem oposição ativa e sistemática ao Governo Lula 3. Trata-se de um comportamento político muito diferente daquele do chamado centrão.

Devemos ter em mente que o Partido dos Trabalhadores combina duas características contrastantes: é, de longe, o partido mais forte nas eleições presidenciais brasileiras – é o único partido que passou para o segundo turno em todas as nove eleições realizadas desde 1988, tendo vencido cinco delas – e, em um aparente paradoxo, o PT é muito fraco nas eleições para o Legislativo – o máximo de vagas que conquistou na Câmara Federal foi de 88 deputados, o que representa apenas 17% das 513 cadeiras. Ou seja, todos os governos do PT, os três mandatos de Lula e os dois de Dilma, foram governos cujo partido era largamente minoritário no Congresso Nacional. Convém observar que o caso brasileiro é um caso muito singular entre os principais países da América do Sul e inclusive o caso do México – o *Movimiento al Socialismo* (MAS) na Bolívia, o *Movimiento Regeneración Nacional* (Morena) no México, o Partido Justicialista (PJ) dos peronistas na Argentina, a Frente Amplio (FA) no Uruguai garantem aos seus governos maioria absoluta própria no Legislativo desses países, ou maioria absoluta em aliança com partidos também progressistas e não com partidos fisiológicos. Na Bolívia e no México, a maioria parlamentar do partido de esquerda no governo chega a dois terços da Câmara Federal. Nesses países, os governos progressistas, quando vencem a eleição presidencial, vencem também a eleição para o legislativo. É devido à singular defasagem na performance eleitoral do PT nas eleições presidenciais e legislativas que os governos desse partido sempre dependeram, e muito, do hiperpresidencialismo para aplicar a sua política

neodesenvolvimentista e, na medida em que esse hiperpresidencialismo entrou na descendente desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, a política neodesenvolvimentista perdeu força.

A singularidade do caso brasileiro decorre do tipo de organização que acabou se impondo no PT e de características do sistema eleitoral brasileiro. Nas eleições legislativas, o candidato tem mais facilidade para praticar o clientelismo junto ao eleitorado porque nesse tipo de eleição é possível focar o debate político nos temas locais, diferentemente do que ocorre na eleição presidencial onde prevalece o debate sobre os grandes temas nacionais. Ora, na prática do clientelismo, levam a melhor aqueles que detêm o poder econômico no nível nacional e local, ou seja, os próprios capitalistas e os candidatos dos partidos conservadores. Um partido de esquerda como o PT só poderia contrarrestar a prática do clientelismo eleitoral, politizando a eleição legislativa, se ele fosse um partido de massa e, preferencialmente, se a disputa pelas vagas na Câmara Federal se desse em lista partidária fechada e não em candidaturas individuais. O partido de massa pode contrapor eficientemente a autoridade política que detém junto aos trabalhadores organizados nos locais de trabalho e de moradia ao poder econômico dos capitalistas e de seus prepostos.

Ocorre que o PT se afastou ao longo da década de 1990 do projeto inicial de se converter em um partido de massa – organização capilarizada nos locais de moradia e de trabalho; atividade política perene e não apenas em conjuntura eleitoral; e educação política de seus militantes. Ao longo daquela década, na medida em que o programa partidário democrático-popular por reformas estruturais foi sendo substituído pelo programa neodesenvolvimentista, que é um programa burguês como já indicamos, o partido foi paulatinamente se convertendo em um partido de quadros parlamentares. Ou seja, um partido cujo processo decisório está nas mãos dos políticos que ocupam cargos eletivos no Estado; um partido com atividade política sazonal junto à massa trabalhadora, isto é, apenas em época de eleição; e um partido desprovido de imprensa própria que informe e eduque os seus

militantes. Enquanto perdurar esse quadro, a luta para convencer os trabalhadores que é importante obter maioria no Congresso Nacional e não apenas vencer a eleição presidencial, será uma luta vã.

Ao clientelismo que os candidatos dos partidos conservadores aos cargos legislativos praticam junto ao eleitorado, corresponde o clientelismo que, uma vez eleitos, tais deputados praticarão na Câmara junto ao Executivo, podendo, no caso dos governos progressistas, conferir-lhes maiorias fisiológicas, porém instáveis, no Congresso Nacional. Se em outros países da América do Sul esse clientelismo eleitoral e das casas legislativas não tem a mesma importância que no Brasil é porque os partidos progressistas desses países são muito mais massivos e organizados na base que o PT brasileiro – julgamos ser esse o caso do MAS, do Morena, dos peronistas e outros. Acrescente-se que nesses e em outros países os sistemas eleitorais utilizam diferentes modalidades da candidatura em listas partidárias.

A análise que fizemos até aqui realçou mais os fatores objetivos que limitam a ação do Governo Lula 3. Porém, como já advertimos, a esses fatores devemos acrescentar as concepções econômica e políticas do próprio PT. Esse partido, ao longo da década de 1990, foi se colocando, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a ele vinculada, na defensiva diante do avanço do programa e da ideologia neoliberal, chegando mesmo a incorporar alguns elementos desse programa e dessa ideologia. No século atual, esse recuo prosseguiu. O Ministério da Fazenda no Governo Lula 3, sob o comando da Fernando Haddad, incorporou pontos importantes da concepção neoliberal da política fiscal, como o estabelecimento em lei de um teto para os investimentos produtivos e sociais do Estado e a ideia correlata segundo a qual caberia aos investimentos privados puxar o crescimento econômico no Brasil. O Governo Lula 3 não tentou revogar, contrariando a expectativa que criou durante a sua campanha eleitoral, a reforma trabalhista promovida pelo Governo Temer e a reforma previdenciária herdada do Governo Bolsonaro. O Ministério da Educação tem acolhido as demandas das empresas privadas do sistema educacional.

Quando surgem conflitos entre as concepções neodesenvolvimentistas do PT e de seus governos – sim, apesar de tudo, não podemos afirmar que esse partido abraçou a ideologia neoliberal – a tendência dominante é a direção do partido e, principalmente, a equipe governamental evitarem o confronto. No que tange ao método de luta, os governos do PT têm se restringido à ação no interior das instituições do Estado capitalista e abdicaram, mesmo em situações difíceis como foram a chamada “Crise do Mensalão” em 2005 e a crise do Governo Dilma em 2015-2016, de promover qualquer tipo de mobilização popular. Trata-se da conhecida tendência desse partido de evitar o confronto e essa tendência decorre, fundamentalmente, do fato de o partido representar uma ampla, heterogênea e instável frente política policlassista que é dirigida pelos interesses da grande burguesia interna brasileira.

IV

Declínio da hegemonia ideológica do neoliberalismo

Desde a crise do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a política brasileira ingressou num período novo que difere muito do período anterior. Nesse novo período, a esquerda democrática e popular não pode considerar apenas o combate ao neoliberalismo para definir a sua posição política. No período iniciado em 2016 e no qual ainda nos encontramos, o combate ao neofascismo é a outra variável da equação.

Esse novo período está marcado por fases de instabilidade política e é pontilhado de crises agudas – a crise do Governo Dilma em 2015-16, a crise do Governo Temer em 2017 e a crise da própria democracia liberal burguesa entre novembro de 2022 e janeiro de 2023. Entre 1994 e 2014, não havia fatos extraordinários no processo eleitoral e o resultado das eleições eram respeitados pelos contendores envolvidos no processo. Agora, não é mais assim. Em 2018, a perseguição judicial excluiu Lula da disputa eleitoral, e ele era o candidato favorito nas

pesquisas de intenção de votos; neste ano de 2026, o virtual candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, se tornou inelegível pela tentativa de golpe de Estado que visava, exatamente, anular o resultado da eleição de 2022. Ingressamos numa fase de hegemonias precárias, declinantes e de curta duração.

Na década de 1990, a ideologia neoliberal, a despeito de ser um ataque aos direitos trabalhistas e sociais, teve um grande impacto na sociedade. Em 1989, 1994 e 1998, o programa neoliberal chegou ao poder pelo voto popular. De 2002 a 2014, contudo, o partido do neoliberalismo, o PSDB, foi derrotado em quatro eleições presidenciais consecutivas, indicando, no nosso entender, o declínio da aceitação da ideologia neoliberal pela grande massa da população. Ou seja, a hegemonia ideológica do neoliberalismo na sociedade brasileira perdia força – não falamos em crise dessa hegemonia porque não havia e não há um polo contra-hegemônico aglutinando amplos setores da sociedade em torno de um projeto alternativo de organização da economia e da sociedade. Diante desse quadro adverso, a grande burguesia associada e o capital financeiro internacional romperam com a democracia.

Primeiro, lançaram mão de um processo casuístico de impeachment para recuperar o controle da política de Estado, isto é, para recuperar a hegemonia política no interior do bloco no poder, e, dois anos depois, promoveram, tendo em vista o fato de que a candidatura de Geraldo Alckimin, então no PSDB, revelava-se eleitoralmente inviável, a candidatura neofascista de Jair Bolsonaro para manter a hegemonia política recém-conquistada. É certo que o neofascismo é um movimento que veio de baixo, enraizado na sociedade como já indicamos, mas ele contou com a cooptação política promovida pela grande burguesia associada para poder ascender ao poder governamental – o movimento neofascista não chegou ao governo contando apenas com as suas próprias forças. E a força do movimento neofascista não pode ser considerada um indicador de força ideológica do neoliberalismo. O fascismo é um movimento reacionário e isso o aproxima de diferentes maneiras do neoliberalismo, mas ele não é necessariamente neoliberal.

Há outras políticas de Estado reacionárias além do neoliberalismo – a ditadura militar brasileira retirou direitos trabalhistas, sociais e políticos dos trabalhadores e não era um regime neoliberal. Vivemos, então, em um período de declínio da hegemonia ideológica do neoliberalismo e esse declínio induz as classes e frações de classe que compõem esse campo político a recorrer a expedientes não democráticos para conquistar ou para manter o controle da política de Estado. Há um desajuste entre, de um lado, a força ideológica declinante e, de outro, a iniciativa e a força política ainda considerável do campo neoliberal.

Neste ano de eleição presidencial, o fato novo é o grande crescimento da candidatura neofascista de Flávio Bolsonaro. Esse crescimento coloca a esquerda democrática e popular numa situação ameaçadora. Flávio Bolsonaro formou uma equipe econômica que está elaborando um programa de governo ultra-neoliberal; em conferência proferida na *Conservative Political Action Conference* (CPAC), realizada em Dallas, Texas, neste mês de março de 2026, declarou que o seu eventual governo irá se alinhar integralmente aos interesses do imperialismo, citando o fornecimento de terras raras ao mercado estadunidense e a adesão à chamada guerra contra o narcotráfico; iniciou campanha sistemática no Brasil e no exterior contra o processo eleitoral brasileiro e já anunciou que não cumprirá determinação do STF que invalide o indulto que ele pretende, se eleito, conceder ao seu pai. Diante de tamanha ameaça, entendo que a esquerda democrática e popular terá de apoiar a reeleição de Lula, a despeito de a versão desidratada do neodesenvolvimentismo estar frustrando as expectativas das classes populares. Uma solução mais ambiciosa para as classes populares tem de ser construída no médio prazo, com práticas que permitam à esquerda democrática e popular superar o lulismo, sem elegê-lo, aqui e agora, como inimigo a ser combatido.

São Paulo, março-abril de 2026

Referências

- BOITO JR. Armando; MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O lulismo e o declínio do hiperpresidencialismo brasileiro. Site: *A Terra é Redonda*. 03/07/2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-lulismo-e-o-declinio-do-hiperpresidencialismo-brasileiro/>
- BOITO JR., Armando. Pistas para analisar a posição política do capital frente ao terceiro governo Lula. In: MAGALHÃES, Juliana Paula e OSÓRIO, Luiz Felipe (Orgs.): *Brasil sob escombros: desafios do governo Lula para reconstruir o país*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo e Campinas: Editoras Unesp e Unicamp. 2018.
- CAMPOS, Pedro Henrique. Os efeitos da crise econômica e da operação Lava-Jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva". *Mediações*, Londrina, V. 24 N. 1, p. 127-153, jan-abr. 2019.
- FLORES, André. O capital financeiro no processo de impeachment de Dilma Rousseff. São Paulo: Enunciado Publicações. 2024
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R., org. Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos e pesquisas IEPE series, pp. 13-71. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8m95t/epub/dathein-9788538603825.epub>
- KREIN, Dari José. Transformações no Mercado de Trabalho brasileiro pós-Reforma Trabalhista". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 44, p. 45-67. 2024.

- PARAÍZO, Maria Angélica. A agroindústria canavieira paulista no contexto final do ciclo neodesenvolvimentista. BOITO JR., Armando; MARTUSCELLI, Danilo Enrico e GUILMO, Nátaly (Orgs.) *Instabilidade e crise na política brasileira*. Marília/SP: Lutas Anticapital. 2025.
- PAULANI, Leda. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, pp. 135-155, jan.-jun. 2017.
- SALOMÃO, Arthur e FORLINI, Luana. Neofascismo urbano e rural: alta classe média e proprietários de terra como base bolsonarista. In: BOITO JR., Armando; MARTUSCELLI, Danilo Enrico e GUILMO, Nátaly (Orgs.) *Instabilidade e crise na política brasileira*. Marília/SP: Lutas Anticapital. 2025.